

DO PRESCRITO AO REAL: FATORES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Lilian Lucht Carneiro ¹
Nilma Jaqueline Correia ²
Renato Koch Colomby ³

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambientes Saudáveis e Sustentáveis (PPGSS) do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Bolsista da Fundação Araucária. E-mail: lilian.carneiro@ifpr.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0193-1630>.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambientes Saudáveis e Sustentáveis (PPGSS) do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Bolsista CAPES-DS. E-mail: 2025lmass0014@estudantes.ifpr.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5774-710X>.

³ Doutor e Mestre em Administração na área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA - UFRGS). Docente no Colegiado de Administração, Professor Permanente no PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Ambientes Saudáveis e Sustentáveis do Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: renato.colomby@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5013-6913>.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução: Os fatores psicossociais relacionados ao trabalho referem-se às interações entre ambiente, organização, conteúdo das tarefas e características individuais dos trabalhadores. Quando negativos, relacionam-se a quadros de estresse, adoecimento mental e queda da qualidade de vida; quando positivos, favorecem reconhecimento, cooperação e realização. No Brasil, a relevância do tema foi reforçada com a atualização da NR-1 pela Portaria nº 1.419/2024, que incluiu os fatores psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais (BRASIL, 2024). No contexto educacional público, marcado por sobrecarga, burocratização e intensificação de demandas, investigar tais fatores torna-se essencial, especialmente em instituições como o IFPR, onde docentes e técnicos administrativos enfrentam tanto desafios comuns quanto especificidades de suas funções. **Objetivo:** Mapear os fatores psicossociais, de risco e protetivos, no trabalho presencial e remoto, no âmbito do Instituto Federal do Paraná, com vistas a subsidiar políticas e ações institucionais concretas de promoção da saúde e um ambiente saudável no trabalho. **Metodologia:** O estudo tem delineamento transversal, quanti-qualitativo, descritivo e inferencial. A etapa quantitativa baseia-se no Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART), validado por Facas (2021), composto por 91 itens distribuídos em quatro escalas que permitem avaliar dimensões como carga de trabalho, demandas emocionais, relações sociais, reconhecimento, autonomia e suporte organizacional. Esse protocolo foi complementado por questionários específicos de teletrabalho, abordando intensidade das tarefas, relações sociais à distância, interface casa-trabalho e condições do ambiente doméstico,

além de formulário sociodemográfico (gênero, raça/etnia, tempo de serviço, função e modalidade de trabalho). A população-alvo compreende cerca de 1.516 docentes efetivos e 1.000 técnicos administrativos do IFPR, e a amostra foi calculada de forma probabilística e estratificada, estimando-se 337 servidores (nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%). Os dados quantitativos estão sendo tratados estatisticamente, com análises descritivas e inferenciais, de modo a identificar associações significativas entre variáveis sociodemográficas e fatores psicossociais. A etapa qualitativa contempla entrevistas semiestruturadas com voluntários, analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer nº 7.786.206, garantindo conformidade ética. **Resultados e Discussão:** Os resultados preliminares da pesquisa apontam que a percepção de insuficiência de trabalhadores e de recursos materiais é recorrente entre os servidores do IFPR. Aproximadamente 76% dos participantes afirmaram que “raramente”, “nunca” ou apenas “às vezes” o número de trabalhadores é suficiente para a execução das tarefas, revelando uma sobrecarga estrutural. De modo semelhante, quando questionados sobre os recursos de trabalho disponíveis, mais da metade indicou que estes são insuficientes ou apenas parcialmente adequados, o que evidencia limitações organizacionais que repercutem diretamente na qualidade e eficiência do trabalho desempenhado. Além disso, observa-se que uma parcela dos respondentes avaliou os recursos de trabalho como frequentemente ou sempre adequados, evidenciando que, embora haja desafios significativos, também existem condições positivas que podem ser fortalecidas pelas políticas institucionais. Essas fragilidades se somam à percepção de prazos rígidos e ritmo intenso de atividades, que reforçam a intensificação do trabalho já documentada em estudos sobre o setor público educacional. Conforme Facas (2021), a sobreposição de funções e a aceleração do ritmo laboral configuram-se como importantes fatores de risco psicossocial, capazes de gerar desgaste cumulativo e esgotamento. Entre os docentes, destacam-se pressões pedagógicas e emocionais, relacionadas à exigência de acompanhamento discente, avaliações contínuas e cobrança por resultados. Já os técnicos administrativos relatam principalmente baixa autonomia decisória e burocratização excessiva, condições que, segundo Zanelli e Kanan (2019), se associam ao risco de desmotivação e adoecimento por falta de reconhecimento e clareza organizacional. No contexto do teletrabalho, os achados revelam percepções ambivalentes. Parte dos participantes mencionou dificuldades em equilibrar vida pessoal e profissional, separando ambiente doméstico e laboral, além de queixas relacionadas a cansaço visual e redução da prática de atividade física. Esses efeitos reforçam que, apesar de possibilitar flexibilidade e maior autonomia, o teletrabalho também pode intensificar tensões, exigindo políticas institucionais que orientem boas práticas. Por outro lado, a

maioria dos servidores não percebeu mudanças negativas significativas em sua alimentação, o que sugere que nem todos os hábitos de saúde foram igualmente impactados. Apesar das dificuldades relatadas, emergem também fatores de proteção. Entre eles, o apoio coletivo entre colegas, a cooperação em equipe e o reconhecimento simbólico, tanto entre docentes quanto entre técnicos administrativos. Esses elementos de solidariedade funcionam como barreiras ao adoecimento, confirmando a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2004), que compreende o labor como espaço de sofrimento, mas também de prazer, na medida em que possibilita criação, cooperação e valorização subjetiva. Em síntese, os resultados confirmam tendências apontadas pela literatura nacional e internacional: o trabalho no setor educacional público federal apresenta riscos psicossociais relevantes, como sobrecarga, pressões emocionais e burocracia, mas também preserva espaços de construção coletiva que podem se configurar como estratégias protetivas. Tais achados reforçam a necessidade de políticas institucionais voltadas ao equilíbrio entre demandas e recursos, ao fortalecimento da cooperação e ao reconhecimento simbólico e material do trabalho docente e técnico-administrativo.

Contribuições do trabalho em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Os achados preliminares permitem relacionar a investigação a diferentes ODS. O ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) é contemplado pela identificação de fatores de risco e proteção relacionados à saúde mental e pelo fornecimento de subsídios para estratégias preventivas e de promoção do bem-estar. O ODS 4 (Educação de Qualidade) conecta-se à análise do ambiente laboral docente, pois condições de trabalho adequadas impactam diretamente a qualidade do processo educativo e a permanência estudantil. Já o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) é mobilizado ao propor medidas institucionais de valorização, proteção dos direitos trabalhistas e promoção de ambientes saudáveis. Especificamente, as metas 3.4, 4.7 e 8.8 dialogam com os resultados apresentados, indicando que a construção de ambientes laborais saudáveis no IFPR contribui para a efetivação da Agenda 2030 em escala local e institucional.

Considerações Finais: Em síntese, os resultados parciais reforçam a centralidade dos fatores psicossociais na experiência laboral de docentes e técnicos administrativos. As diferenças observadas entre os grupos evidenciam que o trabalho docente é marcado por intensificação das demandas pedagógicas e emocionais, enquanto o técnico-administrativo enfrenta obstáculos ligados à burocracia e baixa autonomia. Em ambos os casos, as estratégias de cooperação, reconhecimento e solidariedade revelam-se fundamentais como mecanismos de proteção à saúde. A investigação contribui não apenas para a compreensão teórica do tema, mas também para a prática institucional, ao oferecer subsídios concretos para a construção da Política de Qualidade de Vida no Trabalho e Promoção à Saúde do IFPR. Ademais, o estudo evidencia

que a saúde ocupacional e a valorização profissional impactam diretamente a qualidade da educação oferecida, vinculando-se ao papel social da instituição na promoção de desenvolvimento humano e sustentabilidade. Como limitações, destaca-se o foco exclusivo em servidores efetivos, o que pode excluir experiências de terceirizados ou temporários, além da transversalidade do estudo, que não permite inferências causais. Ainda assim, a pesquisa oferece bases sólidas para futuras investigações e para o aprimoramento de políticas públicas de saúde do trabalhador. Ao alinhar-se aos ODS, demonstra que o fortalecimento de ambientes laborais saudáveis é uma estratégia não apenas institucional, mas também social e global, essencial para a construção de uma educação pública de qualidade e sustentável.

Descritores: Promoção da Saúde; Trabalho; Fatores Psicossociais, Ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 1.419, de 27 de agosto de 2024. Aprova a nova redação do capítulo 1.5 (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) e do Anexo I (Termos e Definições) da NR-1. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, 28 ago. 2024.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.

FACAS, Emílio Peres. **PROART: Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. Disponível em: <https://www.editorafi.org/368proart>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Diretrizes sobre fatores psicossociais no trabalho**. Genebra: OIT, 2022.

ZANELLI, J. C.; KANAN, L. A. Fatores psicossociais no trabalho: riscos e proteções. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 1-10, 2019.

Eixo: Saúde, trabalho, ambiente e sustentabilidade.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – Bolsa Demanda Social; Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná – Bolsa de Pesquisa.

Agradecimentos: Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio por meio do Programa de Demanda Social (DS), e à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, pelo fomento concedido.